

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁÇER DO SAL

APROVADA POR
UNANIMIDADE

29.06/2026
Sessão da Mesa,

SESSÃO ORDINÁRIA DE 30 DE ABRIL DE 2026

ATA Nº 02

Aos trinta dias do mês de abril do ano de dois mil e vinte e seis, nesta cidade de Alcácer do Sal, no Auditório Municipal, reuniu a Assembleia Municipal.

Foi efetuada a chamada pelo Primeiro-Secretário da Mesa, tendo-se verificado que, compareceram nesta sessão, os seguintes Deputados: Gabriel Afonso Leal Geraldo, Presidente da Assembleia Municipal, Nuno Gonçalo Mendes Silva Baião, João Miguel Martins Gomes de Almeida, Ricardo Jorge Carqueijeiro Magalhães Campos (em regime de substituição), Cristiana Vargas Pereira Martins, Alexandra Isabel Batista João, Paula Cristina Faria Felicíssimo Vasques, Mauro Jorge Pinto Félix, Primeiro-Secretário da Mesa, Isabel Maria Tavares Alferes Candeias, Segunda-Secretária da Mesa, Elsa Margarida Gonçalves Pedro, Jacinto José Guerreiro Vinagre, Miguel Ângelo da Silva Pereira Espada, Mafalda Sofia da Conceição Panóias, Ana Stephanie Vieira Serrinha Dauteuille, Ana Catarina Duarte Marques (em regime de substituição), Duarte Manuel Roberto Dimas, Presidente da Junta de Freguesia de Alcácer do Sal (Santiago), Maria Elvira Matias Carraça de Almeida, Presidente da Junta de Freguesia de Alcácer do Sal (Santa Maria do Castelo), Hélder Manuel Telo Montinho, Presidente da Junta de Freguesia do Torrão, Cesário José Barata Severino, Presidente da Junta de Freguesia de Comporta, Manuel António Atraca Farrombão, Presidente da Junta de Freguesia de São Martinho e Duarte Manuel Batoque Florêncio, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Susana.

Compareceram também, Clarisse Maria Gaudino Veredas Campos, Presidente da Câmara Municipal e os Vereadores, António José Freitas Grilo, Vice-Presidente, Mário Alberto Martins Caixas, Arlindo José Paulino de Passos e Ana Margarida Fura Morgado.

Verificou-se a ausência dos seguintes Deputados, Manuel Vítor Nunes de Jesus e José Miguel Ramos Raimundo Pereira Guerreiro, tendo os mesmos apresentado justificação, que fica arquivada em pasta anexa à ata.

Pelas vinte horas e trinta e quatro minutos, o Presidente da Assembleia Municipal, deu início aos trabalhos, tendo de acordo com o artigo 19.º do Regimento, iniciado os mesmos, com o período da ordem do dia:

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

O Presidente da Assembleia Municipal solicitou aos Deputados que justifiquem as suas ausências, quando não puderem estar presentes nas sessões.

Pelo Primeiro-Secretário da Mesa, foi efetuada a leitura do expediente, que aqui se dá como reproduzido e transcrito, ficando o mesmo arquivado em pasta anexa à ata, dela fazendo parte integrante.

De seguida procedeu-se à análise e votação da Ata:

- Aprovação da Ata n.º 01 da sessão ordinária realizada em 6 de março de 2026.

Não havendo intervenções o Presidente da Assembleia colocou a Ata a votação.

Deliberação: Aprovada por unanimidade.

O Presidente da Assembleia informou que foram entregues à Mesa duas Moções, uma Moção apresentada pela Bancada da CDU e uma Moção “Pela preservação, defesa e divulgação dos valores de Abril”, apresentada pela Bancada do PS.

A Moção, apresentada pela Bancada da CDU, foi lida pela Deputada Ana Stephanie, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficando anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

Não havendo intervenções o Presidente da Assembleia colocou a Moção a votação.

A Moção foi aprovada por unanimidade.

A Moção “Pela preservação, defesa e divulgação dos valores de Abril”, apresentada pela Bancada do PS, foi lida pela Deputada Cristina Vargas, que aqui se dá como reproduzido e transcrito, ficando anexo à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

Não havendo intervenções o Presidente da Assembleia colocou a Moção a votação.

A Moção foi aprovada por unanimidade.

Interpelação ao Executivo:

A Deputada Elsa Margarida, considerando que a Presidente de Câmara tem atualmente a responsabilidade direta por um elevado número de pelouros, questionou como garante que a gestão diária da autarquia não será prejudicada e como vai assegurar que as necessidades urgentes da população não ficam paradas sem resposta por falta de disponibilidade.

69 O Deputado Hélder Moutinho, deixou uma palavra de agradecimento e de reconhecimento ao
70 Executivo Municipal, por ao fim de nove anos, voltar a haver a Feira Quinhentista no Torrão, que
71 apesar das muitas solicitações que a Junta de Freguesia do Torrão fez ao anterior executivo, a
72 mesma não foi realizada.

73
74 O Deputado Duarte Florêncio, referiu que na última sessão colocou uma questão sobre o estado da
75 Estrada Nacional 253, que está em muito mau estado. Questionou o que foi feito sobre esse
76 assunto.

77
78 O Deputado Jacinto Vinagre considerou que, o anterior executivo foi um bom executivo, apesar de
79 na sessão onde foi apresentado o orçamento para 2026, o Vereador António Grilo, ter elencado
80 vários problemas que vinham do anterior executivo, parecendo que tinha sido um mau executivo.
81 Referiu que, o Deputado Hélder Montinho, disse que o Torrão tinha sido abandonado durante 12
82 anos, mas agora assiste-se que o concelho está praticamente todo abandonado e a culpa não é só
83 das intempéries, que foi um obstáculo para executar algumas coisas, mas não pode servir para
84 desculpar tudo o que não foi feito.

85 O Deputado Jacinto Vinagre disse que, tem colocado constantemente questões sobre o estado das
86 estradas, nomeadamente a EN 253 e o IC1, que continuam a ser um problema. Recordou que, dia
87 23, fizeram uma ação de protesto para chamar a atenção do Governo, para a qual a Presidente da
88 Câmara foi convidada, mas não esteve presente.

89 O Deputado Jacinto Vinagre referiu que, se assiste no concelho uma inoperância total, que não
90 sabe se é por falta de Vereadores, de funcionários ou de outras coisas. Acrescentou que, fizeram
91 uma empreitada para arranjar a estrada do Trainel há pouco tempo, mas já está degradada, que
92 apesar de não ser culpa do executivo, tem a responsabilidade de resolver essa situação.

93 O Deputado Jacinto Vinagre questionou quais são as perspetivas do executivo para a resolução da
94 situação da EN253 e da limpeza e recolha de resíduos no concelho.

95
96 O Deputado João Almeida saudou o executivo, por passados cerca de três meses da catástrofe,
97 conseguir dinamizar algumas atividades, como as ruas de leitura, que percorreu todo o concelho e
98 foi uma atividade muito interessante para quem participou. Saudou também, por ter conseguido
99 celebrar condignamente o 25 de Abril, que deve ter sido difícil de organizar e que foi realizado
100 numa zona que foi muito afetada.

101 O Deputado João Almeida lembrou que os Alcacerenses escolheram e optaram por um novo
102 executivo porque o anterior era mesmo muito mau.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

103

104 O Deputado Ricardo Campos disse ser de louvar a decisão de dispensar os funcionários para
105 poderem participar nos plenários sindicais, mas não compreende as indicações dadas às chefias
106 para proibir as deslocações dos funcionários em viaturas de serviço.

107 O Deputado Ricardo Campos referiu também que, tem acompanhado nas redes sociais algumas
108 reivindicações preocupantes da Associação de Serviços Sociais das Autarquias de Alcácer do Sal,
109 que ainda não receberam apoios monetários do Município, nem tiveram oportunidade de
110 apresentar o plano de atividades para 2026 e o relatório de contas de 2025. A Associação solicitou
111 após os graves danos causados pelas cheias, apoio para a recuperação do espaço que é
112 municipal, mas não tiveram resposta, nem auxílio do Município, tendo as obras e as aquisições
113 sido suportadas pela Associação. O Deputado relativamente ao apoio anual à Associação, disse
114 que os eleitos do PS propuseram reduzir o valor do apoio e os eleitos da CDU votaram contra e
115 comprometeu-se a apresentar uma nova proposta para a manutenção da verba atribuída em 2025.
116 Referiu que, não compreende a redução de verbas destinadas aos trabalhadores, que são
117 publicamente elogiados, mas acabam por ver os seus direitos e apoios reduzidos.

118

119 O Presidente da Assembleia referiu que, ficavam mais esclarecidos se o Deputado Ricardo
120 Campos dissesse qual era o valor do apoio e qual foi o apoio que o Município pretendia atribuir à
121 Associação.

122

123 O Deputado Ricardo Campos referiu que não sabe os valores e que disse o que viu nas redes
124 sociais.

125

126 A Deputada Maria Elvira questionou sobre o ponto de situação dos trabalhos de recuperação da
127 encosta do Castelo.

128

129 O Presidente da Assembleia, deu a palavra à Presidente da Câmara e ao Vereador do executivo
130 permanente para responderem às questões colocadas.

131

132 A Presidente da Câmara, relativamente à questão da Deputada Margarida Pedro, disse que é mais
133 fácil quando há mais pessoas por quem distribuir o trabalho e concentrando uma grande parte dos
134 pelouros, exige mais de si para que as decisões sejam tomadas atempadamente, mas garantiu que
135 diariamente é dada resposta a todos os assuntos.

136

Em relação à questão do Deputado Hélder Montinho, a Presidente referiu que a Feira Quinhentista é uma tradição no Torrão e sempre defendeu que, quando estivesse à frente dos destinos da Autarquia iria voltar a fazer essa feira, apesar de ser um ano muito difícil e depois de muita ponderação, consideram que deviam isso aos Torranenses que se mostraram muito empenhados na realização da feira.

Relativamente à questão do Deputado Duarte Florêncio, a Presidente disse que a situação da EN 253 já se arrasta há anos, o anterior executivo também não conseguiu resolver, mas estão empenhados na resolução. Informou que, teve uma reunião marcada com a Infraestruturas de Portugal, mas por motivos de agenda não se realizou. Disse que, falou telefonicamente com o Presidente da Infraestruturas de Portugal, alertando para o estado da EN253, do IC1 e para o estado das bermas da estrada do Torrão, tendo o Presidente respondido que fizeram intervenções em praticamente todo o concelho e convidou o mesmo a reunir no concelho para ver o estado em que as estradas se encontram.

A Presidente respondendo ao Deputado Jacinto Vinagre, mencionou que o executivo só tem cerca de seis meses de trabalho, com dois meses de calamidade pelo meio, que não serve de desculpa, mas houve quem tivesse doze anos à frente do executivo e não conseguiu resolver pelo menos os dois problemas colocados. A Presidente disse que, deve dar o benefício da dúvida a este executivo, que vai tentar resolver essas situações e outras que se propuseram resolver.

A Presidente agradeceu as palavras do Deputado João Almeida e considerou que a cultura é fundamental para todo o território e por isso assinalaram o Dia Mundial da Poesia, o Dia Mundial do Livro Infantil, o Dia Mundial do Livro e as Ruas de Leitura é um projeto que irá continuar e será maior nos próximos anos.

Em relação à questão do Deputado Ricardo Campos, a Presidente mencionou que o executivo já reuniu com a Associação dos Serviços Sociais e nessa reunião, com base na avaliação que fizeram, foi transmitido qual a verba que seria possível disponibilizar de momento e salientaram que, no ano passado, a primeira verba paga à Associação foi em maio.

Relativamente à questão sobre o sindicato, a Presidente referiu que é sindicalizada e que os sindicatos são fundamentais na vida democrática, assumindo um papel fundamental nos dias atuais, porque há riscos de haver retrocessos em termos dos direitos laborais. Acrescentou que, os direitos que são reconhecidos aos trabalhadores e aos dirigentes sindicais são inalienáveis e foram

concedidos, mas não é permitido disponibilizar viaturas da Câmara Municipal para participar em manifestações em Lisboa ou em plenários.

A Presidente em relação à questão da Deputada Maria Elvira, disse que a encosta do Castelo é um assunto que os preocupa, sendo que a população está impedida de circular naquela zona. A questão está a ser acompanhada pelos técnicos do LNEC, que já vieram ao local várias vezes e também pelos serviços de Cultura, do Património IP, e por técnicos da CCDR Alentejo. Acrescentou que, não se sabe quem é o proprietário da encosta do Castelo e solicitaram que uma equipa multidisciplinar, composta pelo LNEC, a Cultura, o ICNF, a APA e a Câmara Municipal, se desloquem ao terreno, que será na próxima semana, para poderem fazer uma intervenção correta e segura naquela zona.

A Presidente referiu que a parte do Bairro da Graça é muito mais preocupante e pretendem garantir que se consiga circular na Calçada de Santa Luzia para se conseguir avançar.

O Vereador António Grilo referiu que como a Presidente mencionou é necessário reunir e trazer o Presidente da Infraestruturas de Portugal ao terreno, para ver o estado da EN 253 e do IC1, para que as mesmas sejam intervencionadas.

Relativamente à encosta do Castelo, o Vereador António Grilo disse que só conseguiram ir até à zona do Hospital Velho com o trabalho dos serviços municipais. Em relação à Santa Luzia, referiu que não podem abdicar da segurança e como o Município não tem nos seus quadros técnicos com essa especialização, recorreram às entidades externas que a Presidente mencionou. Acrescentou que, se preocupam muito com o que se passa na zona circundante e no acesso ao Bairro da Graça, onde foram colocados blocos enormes, que estão em fase de secagem e como há uma probabilidade de haver deslocamentos de pedras, vedaram aquela zona, informaram as pessoas que não podem passar nessa zona e vão reforçar a sinalização e a comunicação.

A Presidente em resposta ao Deputado Jacinto Vinagre, disse que tem consciência da quantidade enorme de vegetação que há nos passeios e nas bermas das estradas, é uma preocupação que tem estado a trabalhar e a articular com os serviços. Salientou que, não tem uma única empresa contratada para fazer esses serviços, ao contrário do que acontecia, são só os trabalhadores municipais que estão a trabalhar nos espaços verdes. A Presidente informou que, contam desde ontem, com um trator que receberam do ICNF, que poucos Municípios têm, porque são as Comunidade Intermunicipais que têm um trator para dividir por todos os concelhos.

O Deputado Cesário Severino, referiu que a sua intervenção é no seguimento de Assembleia de Freguesia da Comporta, dia 22 de abril, onde esteve presente a Vereadora da CDU, que fez uma gravação e distribuiu por amigos.

Disse que, o atual executivo da Junta de Freguesia da Comporta governa há seis meses, mas os problemas apresentados como urgentes, de acumulação de resíduos nas ruas, do reforço de verão, de estacionamento desordenado, da manutenção urbana, das condições de trabalho das assistentes operacionais e prioridades financeiras não nasceram há seis meses, existem há anos e quem governou foi a CDU, na Freguesia e no Município.

A Presidente, relativamente à intervenção do Deputado Cesário Severino, referiu que acompanham o trabalho da Junta de Freguesia e estão a trabalhar em articulação. Informou que, hoje, esteve na Comporta, acompanhada pelo Vereador António Grilo e por Técnicos responsáveis para resolver uma situação no Intermodal.

Intervenções do Público:

O Presidente da Assembleia informou que estavam presentes o Sr. Pedro Maria Paredes e o Sr. Carlos Grenha, que fazem parte da estrutura de missão “Reerguer Alcácer” e que se disponibilizam vir à Assembleia prestar esclarecimentos. Informou que, fazem parte dessa estrutura, Pedro Maria Paredes, Carlos Grenha, Nuno Baião, Deputado Municipal, Miguel Espada, Deputado Municipal, Francisco Baião e Renato Neves, que de forma voluntária deram a cara por este projeto de angariação de fundos para reerguer Alcácer.

O Sr. Carlos Grenha, referiu que é uma estrutura formada por seis pessoas, criada pelo Atlético Clube Alcacerense, pessoas de diversos quadrantes profissionais, independente da estrutura política da Câmara Municipal, em regime de pró-bono, para procurar ajudar a reerguer Alcácer. Prestou informações detalhadas do que já foi feito, do que está previsto fazer, dos valores atuais e dos que estão previstos estar na conta, quando a mesma for encerrada no dia 30 de junho de 2026.

O Sr. Pedro Paredes, agradeceu a todas as pessoas que têm estado envolvidas e dado apoio a esta estrutura de missão, garantido que todos os eventos e todos os processos correram bem.

O Presidente da Assembleia, agradeceu as informações prestadas e perguntou se algum Deputado queria colocar alguma questão.

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

O Deputado João Almeida, em nome da Bancada do Partido Socialista, deixou um profundo agradecimento ao trabalho desta estrutura de missão, pelo seu voluntarismo e solidariedade pelo que aconteceu em Alcácer do Sal.

O Presidente da Assembleia, disse que torna este agradecimento extensivo a toda a Assembleia, pelo trabalho que têm estado a fazer.

O Presidente da Assembleia, perguntou se alguém presente no público queria intervir. No período de intervenção do público inscreveu-se a Sr.^a Marta Gomes.

A Sr.^a Marta Gomes, questionou se a Câmara Municipal tem conhecimento dos apoios que já foram atribuídos aos empresários locais por parte do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

A Presidente da Câmara referiu que, tem conhecimento que a Segurança Social e o IEFP procederam ao pagamento dos apoios no concelho, mas não tem informação oficial por parte desses serviços dos respetivos valores.

Não havendo mais intervenções por parte do público presente, o Senhor Presidente da Assembleia deu por encerrado o período destinado à intervenção do público, passando-se de seguida à apreciação dos assuntos constantes da Ordem do Dia.

Feita a introdução da proposta referente ao Relatório Anual de Monitorização de Execução do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, por parte da Presidente da Câmara, foi posta à discussão para análise e conhecimento.

Foi tomado conhecimento da proposta.

A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

Por proposta do Presidente da Assembleia, a Presidente da Câmara fez uma apresentação conjunta das propostas referente à prorrogação do Protocolo de Delegação de Competências com as Juntas de Freguesias.

271 A proposta referente à prorrogação do Protocolo de Delegação de Competências na Junta de
272 Freguesia de Torrão, foi posta à discussão para análise e conhecimento.

273 Foi tomado conhecimento da proposta.

274 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa
275 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

276

277 A proposta referente à prorrogação do Protocolo de Delegação de Competências na Junta de
278 Freguesia de Comporta, foi posta à discussão para análise e conhecimento.

279 Foi tomado conhecimento da proposta.

280 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa
281 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

282

283 A proposta referente à prorrogação do Protocolo de Delegação de Competências na Junta de
284 Freguesia de S. Martinho, foi posta à discussão para análise e conhecimento.

285 Foi tomado conhecimento da proposta.

286 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa
287 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

288

289 A proposta referente à prorrogação do Protocolo de Delegação de Competências na União de
290 Freguesias de Alcácer do Sal (Santiago e Santa Maria do Castelo) e Santa Susana e respetivo
291 desdobramento para as Juntas desagregadas, foi posta à discussão para análise e conhecimento.

292 Foi tomado conhecimento da proposta.

293 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa
294 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

295

296 Feita a introdução da proposta referente à abertura de procedimento concursal para provimento no
297 cargo de direção intermédia de 2º grau, Chefe da Divisão de Assuntos Sociais, Associativismo e
298 Desporto, por parte da Presidente da Câmara, foi posta à discussão para análise e votação.

299 Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

300 A Proposta foi aprovada por unanimidade.

301 A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa
302 à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

303

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

Feita a introdução da proposta referente à nomeação do Conselho Municipal de Educação do Município de Alcácer do Sal 2025-2029, por parte da Presidente da Câmara, foi posta à discussão para análise e votação.

Não havendo intervenções, o Presidente da Assembleia colocou a proposta a votação.

A Proposta foi aprovada por unanimidade.

A proposta relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

Feita a introdução da informação referente à prorrogação do prazo para entrega da Prestação de Contas, relativas a 2025, ao Tribunal de Contas, por parte do Vereador António Grilo, foi posta à discussão para análise e conhecimento.

Foi tomado conhecimento da informação.

A informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

Feita a introdução da informação referente ao Balanço Social de 2025, por parte da presidente da Câmara, foi posta à discussão para análise e conhecimento.

Foi tomado conhecimento da informação.

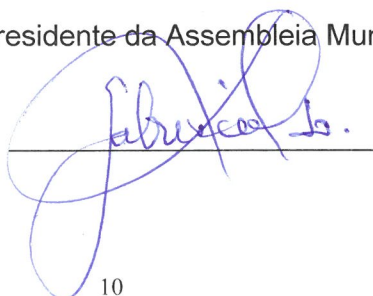
A informação relativa ao assunto em título, que aqui se dá como reproduzida e transcrita, ficará anexa à presente ata, da mesma fazendo parte integrante.

A Minuta da Ata, foi lida e aprovada por unanimidade produzindo efeitos imediatos.

À presente sessão corresponde à gravação n.º 02/2026 arquivada nos serviços da Assembleia Municipal.

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Assembleia declarou encerrada a sessão pelas vinte e duas horas e trinta minutos, do dia trinta de abril do ano dois mil e vinte e seis. Eu, Nuno Manuel Carvalho e Maria Manuela Martins Caixas Carradinha, Assistentes Técnicos, redigimos a presente ata, que assinamos com o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal.

O Presidente da Assembleia Municipal



ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ALCÁCER DO SAL

338

Os Assistentes Técnicos

339

Nuno Henri Costa

340

341

Cláudia Cely Guadalupe

342



ASSEMBLEIA MUNICIPAL
DE
ALCÁCER DO SAL
DELIBERAÇÃO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL
30 de abril 2026

APROVADA P.M.

UNANIMIDADE

Moção

Sessão de 30.04.2026
A Mesa,

Estamos entre duas datas que se confundem com a própria identidade do nosso povo: o 25 de Abril e o 1º de Maio.

O 25 de Abril não foi apenas a conquista da liberdade política; foi a conquista do direito ao trabalho com direitos, à habitação, à saúde e a um salário digno.

Hoje, infelizmente, o que vemos é um 'pacote laboral' que insiste em manter os trabalhadores na precariedade, retirando-lhes a estabilidade necessária para construírem as suas vidas.

A precariedade não é um destino inevitável, é uma opção política que a CDU rejeita.

Mas a defesa de quem trabalha não se esgota nas leis laborais. Ela verifica-se também na forma como o Estado e o Município protegem as pessoas perante as adversidades. Alcácer do Sal sentiu isso na pele nos últimos meses.

As cheias que assolaram o nosso concelho não foram apenas um fenómeno natural; foram o teste à resiliência das nossas famílias e dos nossos trabalhadores. Famílias que perderam o que era seu, empresas que viram a sua atividade suspensa e onde está o apoio célere que é devido?

A falta de resposta pronta do Governo Central é, também ela, uma forma de desvalorização de quem aqui vive e trabalha.

Com esta moção, a CDU não quer apenas prestar homenagem ao passado. Queremos exigir soluções para o presente. Queremos que a Assembleia Municipal de Alcácer do Sal seja, hoje, a voz daqueles que lutam por um emprego digno e, simultaneamente, a voz de quem ainda espera o apoio necessário para reconstruir as suas vidas após as cheias.

Defender Abril, hoje, também é isto: não deixar ninguém para trás, seja no posto de trabalho, seja na hora da catástrofe.

Saudamos a realização do desfile do 1.º de Maio em Sines, promovido pela CGTP-IN, e apelamos à ampla participação dos trabalhadores e da população de Alcácer do Sal neste momento de união, de reivindicação e de afirmação de direitos, dando expressão concreta à luta por melhores condições de vida e de trabalho.

Reafirmamos, com determinação, o nosso compromisso de continuar a lutar ao lado dos trabalhadores, em todas as frentes, por melhores salários, pela estabilidade no emprego, pela defesa dos serviços públicos, pela justiça social e pela construção de um concelho e de um país que melhor responda às suas justas reivindicações.



APROVADA POR
UNANIMIDADE

Moção

Pela preservação, defesa e divulgação dos valores de Abril

Ano após ano e discurso após discurso, os responsáveis políticos evocam o significado do 25 de Abril e do 1.º de Maio para a nossa sociedade e para o Portugal que hoje somos. Na maioria das vezes, afirmam defender esse legado e aquilo que ele representa.

Contudo, não basta afirmar que se valoriza Abril. É cada vez mais necessário partilhar os valores que deram força à Revolução de 25 de Abril de 1974, demonstrá-los às novas gerações com palavras e atos, defendê-los, divulgá-los, acarinhá-los e preservá-los como o bem precioso que são.

Em 2026, este propósito ganha particular relevância. Num tempo em que alguns tentam denegrir os últimos 50 anos e o progresso humano e social alcançado, os democratas assinalam duas conquistas fundamentais de Abril: a Constituição e o Poder Local Democrático.

A Constituição de 1976 é a lei fundamental do nosso sistema político. Consagra a pluralidade, a liberdade e a igualdade — pilares da vivência democrática em Portugal nas últimas décadas. Quem procura desvirtuá-la ataca um elemento basilar do regime democrático instaurado após 1974.

Em dezembro de 2026 assinala-se, igualmente, meio século sobre as primeiras eleições autárquicas democráticas, realizadas em dezembro de 1976. Pela primeira vez, escolheram-se livremente presidentes de câmara, vereadores e presidentes de junta, que moldaram de forma decisiva o território e afirmaram uma política de proximidade, intervindo nas áreas que mais transformam a vida das pessoas, designadamente.

Colmataram necessidades básicas anteriormente acessíveis apenas a uma elite e democratizaram o acesso a bens essenciais, que hoje damos como adquiridos: a água canalizada, os sistemas de esgotos, a energia elétrica e as estradas asfaltadas.



Os autarcas de hoje são herdeiros dessa responsabilidade: a de terem um papel efetivo na melhoria das condições de vida das suas comunidades.

É possível reconhecer, com realismo, que nem tudo correu bem nas últimas décadas. Por vezes, permanece em cada português um amargo de boca,, como se a realidade política não correspondesse às expectativas depositadas e não tivesse a mesma nitidez daquele momento inicial em que o País se libertou de décadas de fascismo.

Essa percepção deve, porém, dar-nos força para, em conjunto e com determinação — independentemente das nossas convicções políticas — continuarmos a construir a democracia, alimentando-a e defendendo-a como fazemos com tudo o que consideramos verdadeiramente importante nas nossas vidas.

A defesa da democracia exige o mesmo cuidado na proteção dos direitos dos trabalhadores.

Em 2026, o 1.º de Maio reveste-se de significado acrescido, ao assinalarem-se 140 anos da greve que inspirou a afirmação desta data, em todo o mundo, como Dia do Trabalhador. Este deve ser um momento de mobilização contra quaisquer tentativas de colocar em causa conquistas resultantes de uma luta longa e que, no nosso País, conheceu avanços extraordinários após 1974.

Os trabalhadores não são números. São homens e mulheres com famílias, com rendas para pagar, com despesas essenciais a assegurar, com direito ao descanso e com deveres e direitos que devem ser exercidos sem constrangimentos nem retrocessos.

Estes são valores fundamentais e insubstituíveis. Não devem ser recordados apenas nas comemorações do 25 de Abril e do 1.º de Maio, mas vividos todos os dias: em casa, com a família, no trabalho, nos momentos de convívio e, sobretudo, transmitidos aos nossos filhos.

Temos o dever de lhes explicar a relevância destas conquistas, ajudando-os a ser mais conscientes e menos permeáveis a discursos que tentam distorcer a realidade e a história, acenando com alternativas enganadoras e perigosas para os direitos e liberdades individuais e para o nosso futuro comum.



É com base nestas convicções que os eleitos do Partido Socialista na Assembleia Municipal de Alcácer do Sal propõem a aprovação da presente moção, e, desta forma:

- Homenagear os homens e mulheres que, ao longo da história recente, defenderam os princípios democráticos de igualdade e liberdade que nortearam a Revolução de Abril de 1974, em Portugal;
- Reafirmar a proteção das conquistas dos últimos 52 anos, no que respeita aos direitos dos trabalhadores, com especial atenção às mulheres trabalhadoras;
- Saudar os homens e as mulheres eleitos democraticamente, ao longo dos últimos 50 anos, para os órgãos autárquicos do concelho;
- Comprometer-se a divulgar estes valores junto das camadas mais jovens, contribuindo para uma democracia mais forte, mais ativa e mais autêntica, honrando o legado dos que tornaram Abril possível e dos que, há 140 anos como hoje, lutam pelos direitos dos trabalhadores.

Alcácer do Sal, 30 de abril de 2026

Os eleitos do PS

